



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO**

**ATA DA 328ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL
DE SAÚDE DE SÃO PAULO**

SÃO PAULO, 09/04/2026

PRESIDENTE

LUIZ CARLOS ZAMARCO

COORDENADOR DA COMISSÃO EXECUTIVA

WALTER MASTELARO NETO

SECRETÁRIO GERAL DO CMS-SP

JÚLIO CÉSAR CARUZZO

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS-SP

DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA

JAIR ALVES – ASSISTENTE SOCIAL

DIGITAÇÃO:

DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA

JAIR ALVES – ASSISTENTE SOCIAL

SUELÍ DE OLIVEIRA GIMENEZ – AAG

REVISÃO GERAL:

JÚLIO CÉSAR CARUZZO – SECRETÁRIO GERAL

I – Conselheiros Presentes

Representantes da Sociedade Civil:

MARIA AUXILIADORA CHAVES DA SILVA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

ADÃO DO CARMO - (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE

BENEDITO ALVES DE SOUZA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMEMNTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

MARCIONÍLIA NUNES DE LIMA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

EDILEUZA CONCEIÇÃO SILVA LIMA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

MARIA DE FÁTIMA ALVES MARTA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

PEDRO ALÉM SANTINHO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE

CLARISVALDO RÊGO MONTEIRO FILHO – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE

CIRLENE SOUZA MACHADO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

Representantes dos Movimentos Sociais e Comunitários

GABRIEL MOTTA SOUSA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

CLÁUDIO APARECIDO COBOS – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

JONAS MARSSARO – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

JOSÉ LUIZ DOS SANTOS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

ALDENIRA DE AGUIAR AMARANTE – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

ANDRÉ ANCELMO ARAÚJO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

JAQUELINE TEIXEIRA DOS SANTOS – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

Representantes dos Portadores de Patologias

CARLOS MIGUEL DE FREITAS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

WALTER MASTELARO NETO (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

Representante da Pessoa com Deficiência

Representante dos Sindicatos Patronais

Representante das Centrais Sindicais

Representantes das Entidades Sindicais – Categoria Saúde

ÉRICA TIE MIAI – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

ANTENOR GOMES GONÇALVES (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

Representante das Entidades Sindicais Gerais

LAUDICÉIA REIS SILVA DOS SANTOS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS

Representantes dos Conselhos Função Fim

REINALDO CÉSAR YOSHINO DE LIMA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHO REGIONAIS FUNÇÃO FIM

Representantes dos Conselhos Função Meio

FRANCISCO ERNANE RAMALHO GOMES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS CONSELHO FUNÇÃO MEIO

Representantes da Associação dos Profissionais Liberais

NEIDE APARECIDA SALES BISCUOLA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS

Representante da Universidade Pública

Representante da Universidade Privada

Representante do Prestador Lucrativo

Representes Prestador Filantrópico

GABRIELA PINHEIRO TRAVAINI BARRETO – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR FILANTRÓPICO

Representantes do Poder Público

MARIA DAS DORES LIMA SOARES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

NEUZA MARIA CÂNDIDO POLICASTRE – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

MARIA ROSÂNGELA SANTOS QUEIROZ TAVARES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

JOSÉ IVAN FERREIRA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

MARIÂNGELA PACHECO COSTA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

MILTON COIFMAN – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

II – Justificativas de ausência

PAULO ROBERTO BELINELO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

ALICE REGINA DE LIMA SANTEZI – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

JUSSARA SANTOS PEREIRA MACHADO DA SILVA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

MÁRCIA LAUJTON DE OLIVEIRA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

ALEX RICARDO FONSECA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS

FABIANO DE OLIVEIRA SOARES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS

ANA LÚCIA FIRMINO – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

AMÉLIA DALVA RIBEIRO DE OLIVEIRA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS

VALÉRIA LUZIA FERNANDES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS

ROSEMEIRE SENA LOPES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM

PRISCILA PEREIRA TANCREDI – (SUPLENTE) -REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS

PAULO ROBERTO MARVULLE – (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA

NEUSA FUKUYA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO

MARIA ISABEL RIBEIRO DE CAMPOS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PRESTADOR FILANTRÓPICO

MARIA LENI CLEMENTE DOS SANTOS – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

III – Ausentes

IVETE CECÍLIA MARBELLO FESTINO – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAUDE SUDESTE

IVANILDA RODRIGUES DE SOUZA – (TITULAR) -REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

NILCÉA ALVES GOMES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

JAQUELINE TEIXEIRA DOS SANTOS – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

SHEILA VENTURA PEREIRA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

APARECIDA BENEDITA FRANCISCO DOS SANTOS – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

PÂMELLA DE FREITAS SAIÃO SCAFURA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

ROSILÂNIA CORREIA LIMA CARDOSO – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS

ÂNGELA APARECIDA DOS SANTOS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

DURVAL RODRIGUES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM

CAIO CÉSAR DA SILVA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM

JOSÉ APARECIDO MAION – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS FUNÇÃO MEIO

CARLA GIANNA LUPPI – (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

INALDO ROCHA LEITÃO FILHO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO

POLIANA COLOMBO BALDIN – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS-SP

DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA

JAIR ALVES – ASSISTENTE SOCIAL

DIGITAÇÃO:

DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA

JAIR ALVES – ASSISTENTE SOCIAL

SUELÍ DE OLIVEIRA GIMENEZ – AAG

REVISÃO GERAL:

JÚLIO CÉSAR CARUZZO – SECRETÁRIO GERAL

Walter Mastelaro Neto., Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Após verificação de quórum estabelecido pelo regimento, inicia a reunião cumprimentando a todos. Aponta que na ausência do presidente do CMS/SP, vai coordenar a 328ª Reunião Plenária do CMS. Antes de passar para a leitura da pauta, cede a palavra ao conselheiro Gabriel.

Gabriel Motta Sousa, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Em nome da FACESP pede homenagem ao falecimento da presidente da FACESP, Sra. Maura, que faleceu há

uma semana. Solicita que, além de um minuto de silêncio, ouçam a mensagem do convidado Francisco Freitas.

Convidado Francisco Freitas – No dia 26/03 numa sexta-feira, perdemos a Sra. Maura Augusta, que dedicou mais de 50 anos à luta ao movimento comunitário e pela redemocratização do país, numa trajetória de luta muito grande. Perda muito grande, foi fundadora da FACESP. Mulher negra, da periferia, que estudou bastante e deixa um legado muito importante. Tinha 72 anos de idade. Servidora pública de carreira. Era pessoa doce, sensível e dialogava de forma atenta com todos. Maura foi um presente para São Paulo e para o Brasil. Fez um trabalho imensurável pelo estado de São Paulo, caminhando, trabalhando. Foi uma perda muito grande pra FACESP, que é filiada à CONAN Nacional.

Atuava principalmente na área da habitação e na luta pela regularização fundiária no nosso país. O trabalho dela foi muito com duas formações universitárias. Maura deixa para nós assim da FACESP e para as novas gerações a importância da luta política nesse contexto que estão vivendo. Trabalhava em dois hospitais, servidora pública de carreira, com problema com problema de visão gravíssimo, quase não enxergava. Quando essa mulher saía dos hospitais, nas suas folgas, ela viajava pelo interior do estado para fazer o trabalho da FACESP. Perdemos muita gente nesses últimos, nesses últimos meses, não foi fácil, mas vão continuar aqui. A Maura tinha uma boa relação com a saudosa Maria Adenilda, com o conselheiro Paulo Belinelo, que mandou mensagem, assim como muitos companheiros da UMPS, Sr. Luiz, Sra. Maria José. Em nome da FACESP, agradece ao Conselho Municipal de Saúde por essa singela homenagem prestada aqui a essa companheira. Solicita um minuto de silêncio.

Cumprido um minuto de silêncio, todos saúdam: Maura, presente!

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Passa a palavra à Assistente Técnica do CMS/SP Denize para leitura da pauta.

Denize Calvo Costa, Assistente Técnica do CMS/SP: Cumprimenta a todos, justifica a ausência do Secretário Geral do CMS/SP, Júlio Cesar Caruzzo na 328ª Reunião Plenária do CMS/SP por problema de saúde de sua esposa. Faz leitura da pauta.

Pauta:

A - Aprovação da Ata da 327ª Reunião Plenária Ordinária;

B - Informes da Mesa;

C - Informes dos Conselheiros;

D - Informes das Comissões;

E - Ordem do Dia:

- Apresentação do parecer do pedido de vista do conselheiro José Ivan à minuta de resolução da Comissão de Recursos Humanos do CMS/SP para contratação de Sanitaristas por concurso público;
- Apresentação do parecer do pedido de vista do conselheiro Pedro à minuta de resolução da Comissão Organizadora do Processo de Eleição/Indicação de representantes para compor o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo – Biênio 2026-2028;
- Apresentação do parecer do pedido de vista da conselheira Dora ao Plano Municipal de Saúde 2026/2029;
- Falta de Profissionais nas Unidades de Saúde: Ministério Público, Secretaria Municipal de Gestão, Secretaria Municipal da Fazenda, COGEP, DAMA, SEGA e CPCS;
- Avaliação da estrutura da Auditoria do SUS

F- Deliberações:

- Aprovar a prorrogação do mandato do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo – Biênio 2024/2026;
- Aprovar o Regimento das Pré-Conferências da 23ª Conferência Municipal de Saúde de São Paulo, Etapa da 10ª Conferência Estadual de Saúde de São Paulo e da 18ª Conferência

Neide Aparecida Sales Biscuola, Conselheira Titular, representante da Associação dos Profissionais Liberais: Solicita inclusão de pauta sobre as oficinas macrorregionais da COFIN. Vai acontecer novamente essa oficina e agora será realizada em Belo Horizonte. Há necessidade de participação do CMS. Na última, ocorrida no ano passado, o convite chegou na última hora, é o CNS que manda.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Solicita inclusão de pauta. A Comissão de Contratos, Parcerias de Equipamentos Credenciados ao SUS e Saúde Complementar aprovou na sua última reunião para encaminhar ao plenário deste Conselho que se faça uma representação à Corregedoria Geral do Município em desfavor da SMS na questão da AFIP para apurar eventual conduta irregular, principalmente da alta administração.

Outro encaminhamento é solicitar à Auditoria Geral do Município para que faça análise preliminar de contrato da BIOFAST com a Santa Marcelina. É uma empresa de diagnóstico laboratorial, mas está em recuperação judicial, o que pode acarretar ao longo do período prejuízo assistencial à cidade de São Paulo, tendo em vista que ela não consegue pagar seus fornecedores. Então, seria um pedido de apoio da auditoria para uma análise mais profunda com relação a essa prestadora de serviço

Benedito Alves de Souza, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Quer falar sobre a questão do documento que foi protocolado no último dia 12 do mês de março sobre a questão da extinção da Coordenadoria Regional de Saúde do Centro.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Esclarece que o documento acabou não sendo incluído nas deliberações, mas propõe uma moção de apoio ao documento produzido pelo Conselho Gestor da STS Centro, que é sobre a fusão da CRS Centro à CRS Norte. Solicita inversão de pauta, que iniciem pelas deliberações.

Consulta o Pleno a respeito das inclusões e alterações propostas – Aprovado.

Aprovação da Ata da 327ª Reunião Plenária Ordinária do CMS/SP – aprovada por unanimidade.

Informes da Mesa

Denize Calvo Costa, Assistente Técnica do CMS/SP: Informa que o senhor Caio César da Silva, do Conselho Regional de Fonoaudiologia Segunda Região, São Paulo, SP, passa a compor a representação no CMS/SP em substituição à Sra. Daniela Martins Galli. Também uma substituição do Sindicato dos Enfermeiros do Estado de São Paulo, que solicita a substituição de representante junto a este Conselho. A Sra. Ivonildes Ferreira da Silva será substituída pela Sra. Ana Lúcia Firmino.

Deliberações

- Aprovar a prorrogação do mandato do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo – Biênio 2024/2026

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Esclarece que a prorrogação do mandato – biênio

2024/2026 – é uma obrigação legal porque precisam publicar regimento no prazo de 90 dias. Tendo em vista que há pedido de vista, a prorrogação é inevitável. Só é necessário fazer a homologação dessa questão. Declara que foi previamente informado que o pedido de vistas será reiterado. Então, têm 90 mais 60 dias. Isso vai dar mais ou menos até novembro a prorrogação do atual mandato. Bem ou mal também, não tem muito o que fazer, é necessário seguir os requisitos legais.

Consulta o Pleno – Aprovado.

Votos contrários dos seguintes conselheiros: José Ivan, Neuza, Dora, Gabriela, Mariângela, para que fique registrado em ata.

Próximo Item – Aprovar o Regimento das Pré-Conferências da 23ª Conferência Municipal de Saúde de São Paulo, Etapa da 10ª Conferência Estadual de Saúde de São Paulo e da 18ª Conferência nacional de Saúde.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Informa que consultou o CNS sobre possibilidade de prorrogação da etapa municipal. Ainda não obteve resposta.

Consultaram também o CES, que não respondeu.

Esta reunião precisa aprovar o Regimento das Pré-Conferências previstas para o dia 23/05.

Ainda não possuem informação do CES. Pediu ampliação para delegação de São Paulo.

Faz apelo público ao CES. Número de pessoas delegadas para a fase estadual e para a fase nacional. Número de diretrizes que o Estado vai solicitar, porque todas as diretrizes, sejam estaduais, sejam nacionais, vão passar pelo Estado, e se o Estado dessa vez vai receber propostas ou não. E nada disso foi recebido. Diz que esta reunião precisa de qualquer forma aprovar o regimento das pré-conferências, porque o nosso prazo é que as pré-conferências aconteçam no dia 23 de maio. Na próxima reunião ordinária precisam aprovar o regimento da Conferência, que está prevista para ocorrer no mês seguinte ao das prés. Ainda não têm essas informações que são fundamentais do Conselho Estadual de Saúde. Na última conferência estadual, a delegação de São Paulo foi composta por 80 pessoas. Conversou pessoalmente com alguns conselheiros, conversei com o secretário executivo estadual, pedi para que no mínimo se mantenha a delegação de 80 pessoas, considerando que a Conferência Nacional deu uma ampliação de 12 pessoas delegadas para a estadual de São Paulo. Solicitou uma ampliação mínima de quatro delegados para o município de São Paulo. Nada disso tem resposta, mas precisa ser transparente para que tudo isso seja informado. Faz um apelo público ao Conselho Estadual que responda com urgência, porque é preciso cumprir o prazo. O secretário geral do CMS/SP enviou e-mail oficiando o CES, mas a resposta ainda não veio.

Érica Tie Miai, Conselheira Suplente, representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Solicita que sejam feitos os informes dos conselheiros enquanto seja organizada a projeção na tela do documento do Regimento. Acatada a proposta.

Informes dos Conselheiros.

Marcionília Nunes de Lima, Conselheira Suplente, representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Fala sobre o documento da CRS Centro, que já foi mencionado.

Cláudio Aparecido Cobos, Conselheiro Suplente, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Informa que foi aprovado hoje na reunião do Conselho Gestor da região Sudeste documento que virá para cá. Problema seríssimo de UBS de região. UBS Fazenda da Juta, com vários problemas. A UBS está sem a documentação do terreno, não pode sofrer reforma, ampliação. E hoje lá na reunião do Conselho Gestor Sudeste foi aprovado um requerimento que vai para a CRS e logo e com cópia para o CMS. Acredita que vá para a Comissão de Políticas, mas depois deve ir para este Pleno, porque é uma UBS

que está funcionando de forma precarizada desde 1997 e está lá com o aparelho de ar condicionado parado, além de vários outros problemas.

Érica Tie Miai, Conselheira Suplente, representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Informa que no dia 26/03 ocorreu o Fórum das Mulheres na saúde, que teve a representação aqui de conselheiros e conselheiras. No dia 27 de março, o encontro estadual, preparatório para a 18ª conferência, que também teve a nossa participação.

No dia 07/04 realizou-se reunião ampliada da Comissão Organizadora da Conferência com participação de 70 pessoas, representando todas as CRS. Isso é muito importante porque foi observado que as informações não chegam à base, aos territórios e quando chegam, chegam de forma não muito correta. Então, espera que essas reuniões aconteçam agora com mais frequência, até para contribuir para organizações locais realizarem os seus esquentas, suas oficinas e suas pré-conferências.

Clarivaldo Rêgo Monteiro Filho, Conselheiro Suplente, representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Faz denúncia. Diz que o Secretário não tem feito nada pela sua região. Cita obra de reforma cancelada, na AMA/UBS Integrada Parque Anhanguera, que gerou confusão entre a população e conselheiros da região, que teria o grupo político dele gerado uma fala de que os conselheiros teriam cancelado uma reunião. Faz considerações críticas ao desempenho do Secretário. Solicita que seja registrada sua fala sobre esse feito.

Neuza Maria Cândido Policastre, Conselheira Titular, representante do Poder Público: Pede respeito ao Secretário e a todos os conselheiros. Considera válido o protesto desde que seja feito com respeito. Viram circulando na mídia panfleto pedindo paralisação da obra. Havia folheto, folder e estava escrito que era do Conselho Gestor da AMA Parque Anhanguera. Não chegou nada oficial na CRS para a Engenharia. Foram à reunião na UBS Parque Anhanguera e o conselheiro Clarivaldo estava presente. Tiveram uma conversa e foi orientado que fizessem ofício para seguir os trâmites. Reitera que não é possível haver uma reunião do CMS, transmitida pelo Youtube com essa falta de respeito com o Secretário.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Passa ao Regimento das Pré-Conferências. Precisam aprovar o regimento pela questão dos prazos. As reuniões da Comissão Organizadora já tiveram início. Vão tentar estabelecer um calendário fixo. Já ocorreu uma primeira reunião com todos os territórios nessa terça-feira. Implora a colaboração de todas as pessoas conselheiras aqui ao redor desta mesa, porque fazer conferência é difícil, é complicado, é caótico e apesar dessa prorrogação do mandato, estarão saindo logo mais, e as pessoas que forem ficar no Conselho precisam estar a par do que está sendo feito nas conferências. Diz que precisa da colaboração de todos nesse processo todo. Explica que o Regimento foi feito com base no antigo regimento da última pré-conferência. Ele só foi atualizado tematicamente pra conferência atual. Infelizmente o regimento ficou longo. Gostaria que ele fosse mais curto, mas o texto complica tudo. Ele tem 15 folhas. Está menor que o regimento nacional, que tem 50 páginas. Todos receberam. Propõe a leitura dos pontos controversos para agilizar. Menciona que o CNS está atrasado porque o Plano Municipal de Saúde está em discussão há meses. Precisam ter um diálogo honesto para entender as diretrizes, se o município vai tirar diretrizes municipais porque o PMS já foi feito. Ouviu que os planos são elásticos e, embora tenha opinião controversa sobre isso, acha que precisam discutir se o município de São Paulo vai tirar diretrizes próprias e quantas, porque o nosso Plano, por bem ou mal, já está elaborado. Precisam definir isso. Se o município de São Paulo vai tirar diretrizes próprias, quantas serão. São quatro eixos e um número mínimo de uma diretriz por eixo, que já dão quatro diretrizes. Não sabe se faz sentido nessa altura do campeonato tirar, porque a teve uma conferência no ano passado que serviu para isso, mas relata que é acusado demais de alijar o controle social, de cortar. Precisa saber vão tirar diretrizes pro município, quantas, e sobre esse ponto tem inscrição.

José Ivan Ferreira, Conselheiro Titular, representante do Poder Público: Acredita que não. Por todas as questões envolvendo o Plano, acredita que tirar diretrizes para o Plano seja um trabalho perdido porque foi reprovado.

Fábio Henrique Salles, Assessor de Gestão Participativa da SMS: Declara que já tiveram problemas sobre essa questão em conferências anteriores, já tiveram essa experiência e foi horrível. Na conferência municipal escolhem, por exemplo, dez diretrizes e só vai uma para a conferência nacional. Como será feita a escolha? Isso dá muita confusão.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Relata que pelo que está posto, serão 14 Pré-Conferências, ao tirar uma diretriz por eixo, serão 56 diretrizes municipais vindo para a Conferência Municipal.

Tiveram cinco conferências nos últimos anos. O total de diretrizes ainda não conseguiram trabalhar. Trazer mais 56 diretrizes, acha que é muita coisa. Sua posição é não ter diretrizes municipais. Fizeram até um documento no Social Comunitário apontando que existe no Plano Municipal de Saúde algumas diretrizes e propostas que guardam semelhança ou que foram parcialmente contempladas no PMS, mas não há uma absorção total disso. Trazer mais 56 diretrizes acha que é muita coisa, mas de contrapartida podem avançar na tentativa de absorver aquelas que já foram retiradas, a realidade ela não mudou muito ainda ao longo dos últimos 5 anos. Aquilo que era antes é a mesma coisa. Então, declara-se favorável a não ter, mas se tiver serão 56 chegando.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Diz que por enquanto no regimento, são quatro diretrizes em cada pré-conferência por eixo, quatro diretrizes prioritárias. Talvez possam indicar 1 diretriz por eixo. A Conferência Municipal vai sintetizar essas diretrizes e vai apontar um número, não sei quantas para o Estado e para a Nacional. Acha que podem tirar uma por eixo para não causar tanta estranheza no município. Considera que já podem votar.

Maria de Fátima Alves Marta, Conselheira Suplente, representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Diz que, sendo curta e objetiva, devem tirar diretriz para o município, pois na sua opinião não tem sentido fazer uma conferência municipal e os conselheiros, do segmento usuário principalmente não apresentarem diretrizes.

Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Diz que sempre que o município só manda propostas, não diretrizes, deixam de lado. Acha que devem sair diretrizes municipais, para que chegue ao Estado e Nacional.

Edileuza Conceição Silva Lima, Conselheira Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Entende que não pode ficar sem tirar no município as diretrizes. Propõe 2 por eixo. Não tem nem o que questionar

Neide Aparecida Sales Biscuola, Conselheira Titular, representante da Associação dos Profissionais Liberais: Propõe remodelar no Plano as diretrizes já regimentadas Já estão prontas. Cabe à comissão organizadora fazer um documento orientador com essas diretrizes já tiradas na última conferência e rediscuti-las nas pré-conferências.

Érica Tie Miai, Conselheira Suplente, representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Declara apoio a esta questão de rediscutir prioridades já tiradas. Tentar otimizar em respeito a todo o trabalho que foi feito na conferência anterior, que aí se rediscuta, que é uma forma até de mostrar o que contemplou no Plano Municipal e o que não contemplou e aí as pessoas vão poder contribuir e aprimorar as diretrizes. Uma por eixo.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Diz que entendeu que vão mandar para as pré-conferências o conjunto de diretrizes já aprovadas para eles rediscutirem. Questiona que se mandarem esse relatório de todas as diretrizes já aprovadas, eles não vão querer produzir diretriz nova. Não tem como limitar que as pré-conferências só discutam sobre esse relatório, que podem enviar.

Consulta o Pleno sobre tirar diretrizes municipais e quantas para o município de São Paulo.

Uma diretriz – 13 votos.

Duas – 4 votos.

Aprovada uma diretriz.

Fala sobre outro ponto controverso, pois o CMS vem discutindo desde o ano passado e já aprovou o desenho de 14 Pré-Conferências. Essas pré-conferências estarão agrupadas com as Coordenadorias. Já foram pactuadas:

Norte – 4 Pré-Conferências

1 – STS Casa Verde/Cachoeirinha/Fó-Brasilândia;

2- Santana/Jaçanã/Tucuruvi/Tremembé e Vila Maria/Vila Guilherme;

3- Pirituba/Perus;

4- STS Sé/Santa Cecília.

Leste: - 3 Pré-conferências:

1- STS Itaim Paulista/São Miguel/Ermelino Matarazzo;

2- STS Itaquerá/Guaianases/Cidade Tiradentes;

3- STS São Mateus.

Sudeste – 3 Pré-conferências:

1- STS Penha;

2- STS V. Mariana/Jabaquara/Ipiranga;

3- Moóca/Aricanduva/STS Vila Prudente/Sapopemba.

Na Sul, três pré-conferências também:

1- Capela/Parelheiros;

2- Santo Amaro/Cidade Ademar;

3- Campo Limpo/M ' Boi.Mirim.

Oeste: uma pré-conferência:

1- Butantã/Lapa/Pinheiros.

A SMS está sem contrato e já deu início ao processo de contratação para essas 14 pré-conferências. Lembra que isso já foi aprovado por unanimidade há dois meses, está publicado no Diário Oficial. Houve proposta partindo do segmento usuários, para permitir que as pré-conferências sejam fragmentadas. Quem quiser dividir, vai ter que assumir as consequências.

Declara que se comprometeu publicamente a apoiar essa ideia, mas precisa dizer, sendo bem honesto, que acha que isso muito perigoso, porque o que existe de construção e pactuado são essas 14 pré-conferências. Considera a demanda legítima, mas mudar as regras em cima do jogo e complicado. Precisam assumir as consequências disso. A gestão está fazendo 14 contratos. A gestão não vai ter obrigação de mandar entregar coffee, lanches em outros lugares. Quem quiser dividir vai ter que lidar com essa consequência. Não há como imputar essa responsabilidade além do que já foi pactuado. Reitera que isso está vindo atrasado porque desde o ano passado foi pactuado esse tipo de construção. Se não der certo, não podem culpar a gestão. Precisam assumir o que estão fazendo. O contrato já está acontecendo, já está sendo

contratada a entrega para 14 lugares. Pode ocorrer problema na entrega do relatório, com o número de diretrizes. Relata que esteve na organização da todas as últimas conferências e sabe que na hora que dá ruim quase todo mundo some. Não considera justo bater na gestão se já tinham pactuado isso.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:

Lembra a todos que esse modelo foi aprovado por unanimidade as atas registram isso. Como o conselheiro Walter disse, é legítimo tentar ouvir os territórios, as suas organizações. Houve até um pedido do conselheiro Paulo Belinelo nesse sentido. A publicação já está no Diário Oficial. O nosso tempo é curto. Considera que o CNS prejudicou a maioria dos conselhos municipais porque ele propôs uma data, depois mudou a data e demorou para entregar o documento norteador. o processo. O CES sequer tem um documento norteador, alguma coisa, o que está prejudicando também. Diz que ainda não conseguiu concatenar de que forma, em locais completamente distintos, em momentos idênticos, vocês vão conseguir elencar a prioridade daquela pré-conferência para aquela única diretriz municipal. Não conseguiu entender como será fácil elencar em três pré-conferências diferentes uma única diretriz. Se chegar de lá para cá, sem um acordo, sem um relatório nítido, dizendo que houve um consenso e que aquela é a diretriz, todas as diretrizes daquelas pré-conferências serão desconsideradas. Se não houver uma divisão uniforme dos delegados, os delegados dos territórios também serão desconsiderados, porque vão pela publicação que está no Diário Oficial.

José Ivan Ferreira, Conselheiro Titular, representante do Poder Público: Com relação a esta questão, precisam considerar a pactuação e a publicação em DOC. Vai gerar ruído e ampliar o caos. As dinâmicas já foram definidas para esta conferência. Solicita a supressão do Artigo 4 e os seus pontos. Esse artigo 4º é o que está explicando essa regra de permitir a divisão das pré-conferências.

Neuza Maria Cândido Policastre, Conselheira Titular, representante do Poder Público: passa ao Fábio Salles, que diz que a SMS é responsável pela estrutura da Conferência.

No que foi publicado. Deixa bem claro que a gestão vai trabalhar no que foi pactuado e publicado no Diário Oficial. Solicita que seja consignado em ata que se houver outra pré-conferência a gestão não vai assumir. Reitera que a gestão vai participar do que foi pactuado e publicado no Diário Oficial e definido no Pleno do Conselho Municipal de Saúde.

José Luiz dos Santos, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:

Diz que a região da Capela do Socorro/Parelheiros já foi muito prejudicada na Conferência anterior. Esperavam um número de delegados e passou um pouco da metade.

Locais muito distantes. Para terem uma ideia, cita o bairro chamado Marsilac, existe o outro chamado Barragem, que dá em torno de 20 a 26 km do local onde fizeram a última pré-conferência. Não tem condição fazer pré-conferência junto. Para quem é da Capela do Socorro junto com Grajaú, está próximo. Quem é de Parelheiros é totalmente prejudicado. A prefeitura de São Paulo tem um orçamento de 137 bilhões. Falar que não tem condições, que não tem dinheiro, considera uma vergonha. O controle social segmento usuários representa 50% e não pode ser limitado. Não acha difícil resolver essa questão, que dividam a estrutura para a realização de duas pré-conferências na região citada. Não podem limitar a participação social.

Edileuza Conceição Silva Lima, Conselheira Titular, representante do Movimento Popular de Saúde

Sul: Menciona que a questão de Parelheiros e Capela do Socorro é que são muito distantes. Fala de Campo Limpo, de M' Boi – duas regiões abarrotadas de gente. Tiveram que abrir várias salas na Conferência passada. Não tem condições de fazer em conjunto. Sua região enviou documento pedindo separação. Em respeito à população. Trata-se de região muito populosa.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Declara que o Conselho Municipal de Saúde recebeu o documento da Coordenadoria Sul, mas já tinha sido publicada a definição sobre esse ponto, O documento chegou após a publicação.

Mariângela Pacheco Costa, Conselheira Titular, representante do Poder Público: Afirma que é da CRS Sul e como o Fábio explicou, a estrutura já está contratada e a Coordenadoria não tem condições de distribuir lanches em todas as pré-conferências se resolverem realizá-las de forma separada, não tem estrutura para isso. Campo Limpo está querendo se separar de M'Boi Mirim, Parelheiros de Capela. Se forem seis pré-conferências, não terão estrutura para isso. Então, acha que tem que ficar bem claro isso. E cita também o problema de juntar as propostas de seis pré-conferências se forem divididas. Acredita ser possível as regiões se juntarem para fazer mais uma vez da forma como foi definida, neste momento em que já se tem tudo aprovado. Pensar em separar numa próxima.

Convidado Lester: Explica que entendeu que as questões estão postas com 14 pré-conferências. Precisam equacionar os problemas de distância. Precisam valorizar a participação. Lembra que na última pré-conferência havia 154 pessoas no Butantã e uma certa parcela na Lapa, foram duas pré-conferências. Diz que vão conversar com Lapa/Pinheiros e tentar ter uma pré-conferência e resolver. Para quem é do território, será buscar fazê-la no Butantã. Então essa é uma tentativa. A outra tentativa, com as condições dadas, entendeu que são quatro diretrizes, uma nacional, duas estaduais e uma municipal, provavelmente em quatro eixos. Precisam se entender a respeito de discutir diretrizes diferenciadas e tentar chegar num acordo. Há demanda para 3 pré-conferências. Acha que conseguem equacionar. A proposição é de realizar no Butantã por conta da acessibilidade. Existem 107 comunidades no Butantã, sem contar que Jaguaré é parte da Lapa e que vive em comunidade também, muito mais próxima do Butantã. Então, vão trabalhar nessa perspectiva ao discutir com o território se vão chegar a algum acordo ou num único local ou talvez dividir. Acha que terão que debater para ver como fazer. Mas é essa a tentativa dada as condições que já estão estabelecidas

Neuza Maria Cândido Policastre, Conselheira Titular, representante do Poder Público: Passa a palavra ao Fábio Salles, da AGP: Expõe que o voto foi unânime neste Conselho. Não consegue entender que conselheiro que está aqui na mesa agora queira discutir sobre assunto. Se ele não falou nada, ele aprovou. Por isso este Conselho está caindo em descrédito em vários pontos. Tirando alguns conselheiros aqui que estudam, alguns parecem bonecos de Olinda. Ouviu todo mundo. Um até xingou o secretário. Outro o chamou de alguma coisa também. Quando se fala aqui sobre o controle social, de fazer a participação do controle social, diz que vocês pegaram o regimento do Conselho e colocaram uma cláusula totalmente tirando o controle social, impedindo a participação do controle social, excluindo a participação do controle social. Sobre o documento que o conselheiro aí pediu vista, vocês excluem os próprios conselhos de participação. Enfatiza que fizeram contratação daquilo que foi aprovado por este Conselho. É impossível ver uma coisa que é provado aqui por unanimidade, como disse o coordenador e agora querer discutir um assunto que já foi exaurido, já foi desgastado, já foi cansativo. Desculpa-se pelo desabafo.

Neide Aparecida Sales Biscuola, Conselheira Titular, representante da Associação dos Profissionais Liberais: Diz que estamos em 9 de abril, as pré-conferências serão em 23 de maio. Se fizerem esquentar por cada STS, e marcasse uma única data para discutir o documento de cada um desses, teremos resultado. Do contrário, não. Cita o Artigo IV, sobre a excepcionalidade. O artigo 4 diz excepcionalmente, o Conselho Municipal de Saúde autorizará.

O conselho não autoriza nada, todo mundo é autônomo. As Supervisões são autônomos para fazer o que quiserem, desde que arquem com isso. E não tem autorização ali. Nós não autorizamos nada, nós apenas acatamos.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Expõe uma divergência à fala da conselheira, porque precisam definir o modelo metodológico e aí o território precisa se adequar.

Cláudio Aparecido Cobos, Conselheiro Suplente, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Questão de Ordem – Da mesma forma que o Secretário destrata esse Conselho, solicita ao Fábio Salles que tenha respeito. Já que nem o secretário tem respeito pelo Conselho, ele também não tem respeito pelo Conselho. Respeita a sua parte. Há pessoas com idade avançada na reunião, pessoas que têm responsabilidade.

Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Suplente, representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Lembra que a Conferência está em curso. Uma coisa é aprovar a conferência, outra coisa é aprovar como será essa conferência. Reflete que não parte dos conselheiros a falta de respeito, mas sim de quem deveria estar aqui como presidente, nesse momento, principalmente agora, mas parece que estão todos aqui mais para provocar um ao outro do que construir de fato o que deve ser construído, mas não podem deixar. Não vai se esquivar desse papel que é não concordar com esse formato. Se já tá em curso, ok. Mas infelizmente não é o que querem e não é o que o controle social vem ao longo dos anos construindo, essa junção. Já viram que não dá certo. Para ela, os problemas são minimizados quando eles são separados, não é só a distância, mas tem uma questão de estrutura, tem uma questão mesmo de participação, de ter os delegados e delegadas em número suficiente. Veio um conjunto de coisas para ela que não poderia ter sido aprovado dessa forma. Apoia o que a maioria decidir.

Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Declara que não se lembra de ter aprovado esse absurdo. Nunca tiveram tantos problemas. O controle social está sendo excluído. Tem que estar unido e não excluído. Tem que estar todo mundo participando do controle social, precisam disso. Pede respeito acima de tudo. União e respeito. O Conselho Municipal é isso. Tem que ser isso. Todo mundo trabalhando para uma única finalidade. É o SUS, é salvar vidas. Pertence à Região Norte, mas conhece as distâncias dos territórios. Não concorda que as pessoas nos seus territórios sejam impedidas de participar das pré-conferências. É preciso fazer Conferência com responsabilidade. Sem isso, quem sai perdendo é o SUS. Se não tem como consertar, que na próxima, nas próximas conferências, não se esqueçam disso, façam conferência com responsabilidade, respeitando todo mundo, juntar tudo, só em receita de bolo que se mistura uma porção de ingredientes. Mais uma vez pede respeito. É por isso que tá essa baderna na saúde.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Chama a atenção de todos como coordenador. Não vê problema do CMS mudar o posicionamento. Mas é preciso arcar com as consequências. O formato já foi aprovado. Uma das primeiras consequências é isso. A gente já tem um desenho de uma contratação e vai ter que lidar com a consequência de organizar diferente da contratação. A outra coisa é que a o formato da conferência já foi aprovado. Tem que ser justo no que tem que ser justo. Precisam ter um pouco talvez mais de atenção. Na nossa 324ª reunião, acontecida no dia 11 de dezembro de 2025, já tinham aprovado o formato da conferência que foi reprovado na 327ª reunião, no mês passado.

Pedro Além Santinho, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Faz duas observações. Lamenta que essa executiva tenha cometido erros de informação, de procedimento, de esclarecimento. Em dezembro aprovaram isso. Precisam estar atentos. Em novembro haviam discutido inclusive a questão do regimento da nossa eleição e que foi enviado só em março. Diz que essa discussão de hoje é inócua, que serviu para ouvirem mais uma vez a gestão nas palavras do Fábio, que nem é conselheiro, as atrocidades que esse secretário fala em nome do seu representante aqui. Falou que independente do que a gente aprovar aqui, não fará, o que é um absurdo. Este Conselho deveria tirar uma nota de repúdio ao secretário e ao próprio que está presente aqui provocando reiteradamente ações nas falas dos conselheiros. Quando fazem manifestação aqui na frente o representante Fábio acha que tem o poder de fechar a sala e impedir a participação. Provoca os conselheiros. Este Conselho deveria tirar nota de repúdio ao Secretário e seu representante Fábio aqui. Ele provoca os conselheiros. Precisa seguir as deliberações do CMS. Talvez seja necessário tirá-lo daqui. A Executiva está indo mal nesse processo. O

regimento está sob sua vista e as eleições do CMS acontecerão apenas após 90 dias. Essa executiva, não deve colocar a voto o que não é para ser votado, não deve trazer aqui coisas que não foram claramente esclarecidas, que se for necessário mais prazo, que se peça mais prazo e não colocar em pauta. Então, para encerrar, não é necessário um voto sobre isso. Esses conselheiros todos precisam assumir a sua responsabilidade desde a executiva até aqui, de ser consequente com as suas discussões, com as suas decisões e levá-las até o final. O CMS não é Confederação de Supervisões. O Conselho é a integração unitária do conjunto do município.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Declara que talvez seja divergente, mas está colocando em votação porque foi pedido formal de parte do movimento de usuários que representa a UMPS. O conselheiro Paulo Belinelo e outras pessoas da UMPS pediram isso. E é justamente pelo seu respeito ao Paulo, apesar de todas as consequências, que já se manifestou em todos os lugares, que vai votar a favor da divisão, sabendo dos riscos. Precisam votar sobre isso. O que vai ser votado é se o CMS vai permitir a divisão das 14 pré-conferências aprovadas. Pergunta se a votação será nominal. Há o encaminhamento lá atrás do conselheiro José Ivan para supressão do artigo 4. Coloca em regime de votação. Sim é para manter a divisão das pré-conferências e não é para suprimir essa divisão.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Reitera que a UMPS e o conselheiro Paulo Belinelo solicitaram.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Em regime de votação se o CMS vai permitir a divisão de pré-conferências. Resultado:

15 - sim;

5 - contrários;

2 – abstenções.

Aprovada a manutenção do Artigo IV do Regimento Interno das pré-conferências.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Informa que não vão mais fazer plenárias específicas para as pessoas com deficiência e pessoas com patologias porque nas últimas conferências tem ocorrido um esvaziamento desse espaço. Buscando garantir o acesso desse segmento às vagas, vão ampliar o número de pessoas que estarão na lista de suplentes para que caso haja sobra de vagas das titularidades, esses suplentes possam ser encaixados como titulares. Esclarecido esse tópico, acredita que já podem votar o Regimento para finaliza esse ponto.

Jonas Marssaro, Conselheiro Suplente, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Expõe que não estava aqui na última conferência, mas falando como pessoa com deficiência e militante do segmento PCD, diz que é preciso garantir que não tenha só a acessibilidade do evento, mas também é importante garantir a representatividade das pessoas com deficiência como delegadas, porque é muito comum pessoas com deficiência e pessoas LGBTQIA+ em processos de conferência, que não são conferências das nossas pastas, ou seja, conferência de saúde, educação, social, esses grupos serem silenciados, pessoas pretas, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência, na escolha, no processo de escolha de delegados são públicos que não são os primeiros a serem votados. Acha que isso é importante garantir.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Esclarece que está garantido isso no Regimento, o número de vagas titulares para pessoas com deficiência, pessoas com patologias, como sempre. tá

garantido como sempre. No regimento está explícito o que é patologia, o que é doença rara, o que é deficiência, para tentar facilitar todo mundo.

Mariângela Pacheco Costa, Conselheira Titular, representante do Poder Público: Diz que no capítulo sete do funcionamento tem dois parágrafos. Acha Eu acho que tem que definir aqui qual vai ficar. É no Artigo 16.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Esclarece que era só para confirmar se os segmentos de PCD, patologias e doenças raras não farão as plenárias. Reforça a informação de que observarem o regimento, verão que nesses dois segmentos as vagas de pessoas suplentes está bem maior do que os outros. Depois a comissão de credenciamento, habilitação e credenciamento vai ajustar para caso haja sobra de vagas titulares para que essas pessoas subam para a titularidade. Enfatiza que a plenária do segmento de trabalhadores está mantida porque é um pleito dos trabalhadores. A questão de PCD e patologias foi reajustada porque foi observado um esvaziamento dessas plenárias.

Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Pergunta se as pessoas com patologias levam o CID.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Explica que a lei proíbe pedir CID de pessoas com patologias. Por exemplo, dentro de pessoas com patologia, nós temos pessoas, soropositivas. Não se não pode expor as pessoas, a lei proíbe isso.

Próximo ponto – AFIP.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: A Comissão de Contratos fez três reuniões e, a partir de uma provocação da AFIP, que faz exames diagnósticos laboratoriais e pediu ajuda do CMS, que encaminhou para a Comissão, , fizeram análise e identificaram que, de fato, a SMS deve 120 milhões à AFIP. Vão encaminhar representação para que a CGM apure eventual conduta indevida de servidores, incluindo o Secretário Zamarco, o anterior Édson Aparecido, o Wilson Modesto Pollara e as Chefia de Gabinete, atual, que é o Luiz Caldeira e o anterior, atual Secretário Executivo de Gestão Administrativa, Armando Palmieri. Não vão nominar o nome de todas as pessoas, mas vão relacionar. Já relacionaram todos os processos SEI e a Corregedoria tem condições de avaliar porque isso implica na questão de enriquecimento ilícito por parte da administração pública porque ela contratou uma pessoa, não pagou e esse problema na relação contratual afetou a população, gerando desassistência em mais de 110 unidades e hospitais na cidade de São Paulo. Então, é nesse sentido a representação e a comissão aprovou pela maioria dos presentes e gostariam que este Plenário validasse o encaminhamento para a Corregedoria para que ela adote as medidas cabíveis dentro do estatuto do servidor. A gestão tem o direito de defender o secretário. A gestão tem o direito defender os interesses do secretário. Que o CMS valide esse encaminhamento.

José Ivan Ferreira, Conselheiro Titular, representante do Poder Público: Pede vista.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Diz que não tem mais discussão sobre esse ponto porque o Ivan pediu vista sobre esse assunto. O pedido de vista no regimento é assim: quando alguém pede vista, a discussão acaba imediatamente.

Próximo Ponto: Contrato da BIOFAST – APS Santa Marcelina.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:

A Comissão de Contratos avaliou a BIOFAST, empresa privada que presta serviço no contrato de gestão da APS Santa Marcelina, exames laboratoriais, por imagem e está em recuperação judicial, significa que ela tá dando calote nos prestadores de serviços. Ela não tem sustentabilidade financeira para gerir todo o processo. E a secretaria acabou de mandar para ela mais 1 milhão de exames laboratoriais ali na região da Zona Leste. Então, a comissão olhou, entraram em acordo de pedir à Corregedoria Geral e à Auditoria Geral do Município uma análise preventiva, a fim de identificar se há ou não a possibilidade de ao longo do período, seja curto, médio e longo, da BIOFAST receber recurso público, mas não conseguir entregar a quantidade de exames pactuadas e gerar desassistência em algum momento. Enfatiza que a comissão saiu da questão de só reagir para uma questão de análise futura. Pedem ao CMS que aprove essa solicitação. É claro que a gestão pode defender os interesses das empresas privadas também, não tem problema.

Neuza Maria Cândido Policastre, Conselheira Titular, representante do Poder Público: pede vista

Próximo Ponto: Moção de Apoio ao Documento do Conselho Gestor da STS Sé/ Santa Cecília – extinção da Coordenadoria Centro.

Convidado Tarcísio Faria: (palavra passada pela Conselheira Maria Auxiliadora).

No Pleno passado, além das resoluções das duas STS do Centro, têm também resolução aprovada da UBS Humaitá, que é do território e do CRST. Conforme vão realizando reuniões, vão aprovando uma resolução nesse sentido. Mas mais do que isso, no Pleno passado, apresentaram, enquanto Movimento Popular de Saúde do Centro, ofício solicitando algumas coisas, entre elas uma reunião com Secretário. Mais do que isso, no dia da audiência pública na Câmara Municipal, ao final interpelaram o Secretário, ele garantiu que os receberia em uma semana. A audiência foi semana passada, hoje é quinta-feira, foi quarta-feira passada, no mesmo dia, protocolou, mandou mensagem para o Fábio Salles e no dia 30 fizeram um ato e protocolaram com o Fábio pedido de audiência. Até hoje não obtiveram resposta. Ninguém respondeu. Hoje pela manhã estiveram aqui tentando dialogar. Pergunta qual é o problema de sentar e discutir com a gente sobre a região central? O CMS se debruçou sobre o documento apresentado aqui no Pleno passado? Já faz um mês isso. É tudo muito complicado. Vivem momento muito sério no controle social. Gostaria de saber se tem esse esclarecimento.

Fábio Henrique Salles, Assessor de Gestão Participativa da SMS: Explica que toda a vez que fala aqui, é sempre em nome de algum conselheiro. Não fala no vento. Isso tá dentro do regimento do CMS. Não está aqui para fazer bagunça. Está aqui porque um conselheiro lhe passou a voz. Referente a essa questão, já está na agenda do secretário. Não tem a data ainda. Com o Movimento do Centro e os conselheiros.

Passa a informação que já está na agenda. Já converso com o Tarcísio sobre essa questão. Pede esclarecimento ao coordenador sobre a questão dos documentos que não estão sendo entregues aqui no tempo certo, conforme o regimento do Conselho. acha que aqui é um espaço democrático e tudo aqui é muito viável. Um xinga, outro xinga também. Aqui é todo mundo assim. Cita o artigo 14 do regimento que foi muito bem elaborado por este Conselho, onde diz que as matérias pautadas, após o processo de exame prévio preparatório, serão apresentadas por escrito destacando-se os pontos essenciais, seguindo-se a discussão e quando for ao caso, a deliberação. O que está acontecendo corriqueiramente aqui nesta mesa é entrar a pauta sem documento. Isto é o regimento. Quem não leu vai ficar perdido. Dirige-se a todos que estão assistindo afirmando que não é grosso, como falam. É um amor de pessoa. É muito amigo e parceiro do conselheiro Pedro.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Primeiramente diz que é bom tomar cuidado porque para cada pergunta vem uma resposta. Esclarece que o regimento permite inclusão de itens na Ordem do Dia. E se estão falando sobre prazo, acha que existe uma questão com a Secretaria, que reiteradamente descumpre todos os prazos do Conselho, segurando os documentos de manifestação, se recusa a enviar

os documentos apresentados ao Conselho no prazo, fora do prazo, enfim, já se cansaram disso. Sobre essa moção, podem votar.

Consulta o Pleno sobre a Moção do Centro.

Resultado por aclamação:

A favor – 15 votos.

Aprovada Moção de Apoio.

Passa à Ordem do Dia.

Maria das Dores Lima Soares, Conselheira Titular representante do Poder Público: Solicita regimentalmente extensão de prazo para apresentação do relatório do seu pedido de vista sobre o PMS 2026/2029 – Aprovado.

Pedro Além Santinho, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Solicita extensão de prazo sobre a questão do Regimento Eleitoral do CMS - acatado, está dentro do Regimento do CMS.

Próximo Ponto – Parecer do José Ivan Ferreira, Conselheiro Titular, representante do Poder Público:

PARECER DO PEDIDO DE VISTA

Ao Pleno do estimado Conselho Municipal de Saúde de São Paulo.

Mui respeitosamente.

Parecer do pedido de vistas do Conselheiro Municipal segmento Gestão, José Ivan Ferreira, quanto a proposta dos, (As) alunos(as) e egressos(as) da Graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo quanto a:

Criação do cargo de Sanitarista no Quadro da Saúde da Prefeitura do Município de São Paulo e a abertura de concurso público. Tendo como base a Lei Municipal n.º 16.122 de 15 de Janeiro de 2015.

Considerando a relevância do papel histórico dos Sanitaristas na construção das Políticas Públicas de Saúde e da criação do SUS.

Considerando a Lei Federal 14.725, de novembro de 2023, que regulamenta a profissão de Sanitarista no Brasil.

Considerando a criação de cargos públicos no Brasil exige lei de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo (Presidente, Governador ou Prefeito). Sendo que a administração pública, por meio do Executivo, identifica a necessidade, define atribuições e submete o projeto de lei para aprovação, visando a posterior realização de concurso público para o provimento dos cargos.

Considerando que o Conselho Municipal de Saúde nas suas atribuições, incluem a formulação e controle da política municipal de saúde, a fiscalização e aprovação de planos de saúde, relatórios de gestão e execução orçamentária, a avaliação de convênios e contratos, a proposição de estratégias para o Sistema Único de Saúde (SUS), e a representação do controle social, levando as necessidades da população para o poder público.

E Considerando o requerimento dos Prezados alunos e alunas e egressos e egressas da Graduação em Saúde Coletiva da estimada Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

Na condição de Conselheiro Municipal, solicito o reexame do requerimento em pauta, devido a irregularidade formal e regimental, pois o mesmo não passou pelo crivo da discussão prévia nas comissões temáticas do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, se caracterizando uma falha regimental.

“Artigo 12 - As Comissões Técnicas do Conselho Municipal de Saúde têm por atribuição pronunciarse, emitindo recomendações, sobre as matérias encaminhadas pelo Colegiado Pleno, acompanhar as políticas e programas de interesse da Saúde e manifestar-se dentro de suas competências temáticas e técnicas.”

Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo.

Sendo o documento apresentado, como proposta de requerimento produzido pelos alunos e alunas da Graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e enviado direto ao Pleno do Conselho.

E não um produto da discussão do tema, na Comissão de competência, procedimento este que não oportunizou aos seguimentos do Conselho, a participação em uma análise profunda e detalhada, e assim não contribuindo com o Conselho quanto ao fornecimento de subsídios técnicos, administrativos e jurídicos do documento ao Colegiado.

E a omissão dessa etapa pode comprometer a fundamentação do documento, da decisão, do encaminhamento, trazendo questionamentos sobre a atribuição e a credibilidade do Conselho Municipal de Saúde.

José Ivan Ferreira.

Conselheiro do segmento Gestão.

São Paulo, 6 de abril de 2026.

Érica Tie Miai, Conselheira Suplente, representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde, coordenadora adjunta da Comissão Executiva do CMSSP: Passa a coordenação temporária do Pleno porque o conselheiro Walter teve que se ausentar temporariamente. Pede desculpas pelo atraso, normalmente respeita os prazos, mas relata que ela e o Júlio tiveram dificuldade para encontrar a resolução da Comissão de RH e o documento que tinha sido enviado pelos alunos e alunas.

Laudicéia Reis Silva dos Santos, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Quer considerar que esse documento foi discutido. Esse tema foi discutido aqui no Pleno, tendo sido encaminhado via comissão de RH. Falaram disso umas duas vezes e acha que esse Pleno tem condições de deliberar, até porque no dia 6 saiu a regulamentação da profissão e não podem admitir que a Secretaria Municipal da Saúde continue usando esses estudantes que se formam na Faculdade de Saúde Pública para serem estagiários e depois mandarem-nos para as OSS. O lugar de sanitarista não é na OSS, não é na organização social, é dentro do serviço público, fazendo a defesa do SUS. Propõe a rejeição do parecer do conselheiro José Ivan e que se vote o documento aqui no pleno neste momento.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Declara-se a favor dos Sanitaristas.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Declara que voltou a tempo de se manifestar. Diz que tenta acolher sempre que possível a posição da gestão. Só que neste ponto há divergência. Em teoria, o colegiado Pleno não tem problema algum em receber qualquer demanda e deliberar sobre as demandas. Não é preciso que as questões sejam enviadas às Comissões. Podem coletivamente entender que sobre os assuntos que tenha informação suficiente tomar uma posição sobre isso. Nesse ponto específico sobre sanitaristas, entende que não tem muito sentido ter uma complementação. Já existe a carreira em nível executivo, federal, já tem curso. Não vê necessidade de dilação sobre o assunto. Entende que o assunto está pronto para decisão. Precisam tomar uma posição sobre isso.
Votação.

Francisco Ernane Ramalho Gomes, Conselheiro Titular, representante do Conselho Função Meio: Declara-se totalmente favorável ao concurso, à questão de trazer essa carreira para dentro e a tudo o que foi falado. Não podem esquecer da questão de resultados. Preocupa-se muito com a questão objetiva, a questão dos resultados. Fazer por fazer, claro, tem que ter uma iniciativa, tem que ter uma provocação. Estão aqui para isso. Preocupa-se com a questão de que se tiver eventualmente, e foi apontado aí no seu entender, na leitura do parecer do conselheiro José Ivan, o eventual vício de procedimento, isso pode ser arguido no mérito. Não é sua pretensão aqui de ficar falando do mérito desse procedimento. Agora, que é legítimo pleitear e motivar essa carreira nos nossos quadros, isso é. Quem trabalha com ele, seja aqui no

Conselho, nas comissões em que trabalha, sabe muito bem os cuidados que tem e a luta incessante pelo resultado, que acha que é isso que precisam ter em mente.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Acha que não tem problema. A resolução recomenda a criação de um cargo. Não podem criar um cargo, mas podem apoiar. Acha que compete ao Conselho dizer: "Olha, a gente recomenda que seja criado." Se vai criar ou não, quando vai criar ou não, não compete ao CMS. Acha que podem votar. Entende que estão votando se acolhem ou não o pedido do conselheiro José Ivan para que seja encaminhado para alguma comissão. Se a gente não acolher, a resolução estaria aprovada. Consulta o Pleno.

Resultado: O relatório do conselheiro José Ivan está rejeitado e têm a aprovação da resolução recomendando a criação da carreira de sanitaristas no município de São Paulo.

Que fique consignado que aceitaram o relatório do conselheiro José Ivan cinco conselheiros, a saber: Neuza, Gabriela, Dora, José Ivan e Mariângela.

Pautas pendentes para maio – dois itens, a falta de profissionais e a avaliação da estrutura. Mais uma vez caíram. Espera poder contar com a participação das áreas técnicas e das outras secretarias no próximo Pleno.

Próximo Ponto: - Congresso da COFIN em Belo Horizonte.

Neide Aparecida Sales Biscuola, Conselheira Titular, representante da Associação dos Profissionais Liberais: Fala sobre Congresso da COFIN em Belo Horizonte. Diz que a COFIN participou dessas oficinas. Recomenda que devem participar no que vai acontecer em BH, que será nos dias 17 a 26 de junho. O orçamento é obrigatório em todos os entes. É necessário realizar reuniões macrorregionais para apresentar os gastos. Diz que as oficinas foram financiadas (a última) pela OPAS. Os conselheiros foram enviados e despesas pagas pela OPAS.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Pede que o CMS oficie o CNS sobre se haverá vagas para estas oficinas e informe a quantidade e financiamento, havendo vagas, deve-se pedir indicações à Comissão da COFIN.

Francisco Ernane Ramalho Gomes, Conselheiro Titular, representante do Conselho Função Meio: COFIN - Fala da última oficina que foi realizada no Espírito Santo, disse que ele participou. Fala que é muito importante a participação de São Paulo. É necessário sensibilizar gestores públicos sobre a necessidade de capacitação. Inclusive para o CMS. Se houver encaminhamento pelo Pleno, fica grato.

Informes das Comissões

Jonas Marssaro, Conselheiro Suplente, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Sobre a comissão de saúde LGBTIA+, convida todos para participar da reunião que se realizará no dia 14/04, online. Convida todo o Conselho para participar. Convida os conselheiros do social comunitário, usuários, trabalhadores, a gestão também para fazer parte da Comissão. Considera a pauta interessante. Diz que ele mesmo pertence ao Comitê Técnico da Política Integral da Saúde LGBTIA+ aqui do município de São Paulo. Acha que vale a pena começar as movimentações, sobretudo até pra gente enquanto conselho pensar em alguma ação no processo da semana da diversidade, na semana da parada LGBT de São Paulo. Fizeram na reunião anterior, com breve histórico dos documentos, Rede Sampa Trans, Comitê Técnico, interlocução com a SMS. Também trouxeram discussão sobre realização de reunião sobre letramento LGBTIA+.

Comissão de Comunicação – Gabriel Motta Sousa, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Fala sobre a Comissão de Comunicação e dá informe sobre o logo da Conferência, que está nos ajustes finais. Fala de uma reunião que se realizará na segunda-feira, às 14h, na sala de reuniões do CMS. Diz que vão fazer apresentação dos grupos – vai encaminhar formulário aos conselheiros.

Vigilância – Maria de Fátima Alves Marta, Conselheira Suplente, representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Informa que no dia 13/03, a Comissão de Vigilância em Saúde se reuniu com os conselheiros dos Hospitais Municipais. Tiraram como encaminhamento que cada Conselho Gestor tire sua própria Comissão de Vigilância. Que seja incluído no Regimento de que pelo menos um conselheiro do hospital faça parte do Conselho da STS,

Saúde Mental – Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Suplente, representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Fala sobre a Comissão de Saúde Mental. Informa que vão ter Seminário dia 24/04 na sala da SMS, no auditório, das 13h às 17h30. O tema será: "Saúde Mental – Avanços e Desafios". Terão a psicóloga Regina Gomes como convidada. Com relação à Saúde das Mulheres, terão também um Seminário dia 08/05 das 13h às 17h30, cujo tema será: "Saúde da Mulher 40+ na Sexualidade".

Assistência Farmacêutica – Érica Tie Miai, Conselheira Suplente, representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde, coordenadora adjunta da Comissão Executiva do CMSSP: Sobre a Comissão de Assistência Farmacêutica, diz que teria hoje pela manhã uma reunião, mas não aconteceu, porque todos estariam no Congresso do COSEMS. Estão se organizando para fazer reunião no mês de maio.

Comissão Executiva – Walter Mastelaro Neto., Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Fala sobre a Comissão Executiva que recebe e encaminha as reclamações dos territórios. Diz que a Comissão vai emitir ofício informando o desejo de unificação do processo eleitoral nos territórios. Diz que ainda não é possível isso e que o CMS não está impondo, e nem pode impor nada. Diz que não terá nem prorrogação, nem encurtamento de mandato. Observa que é importante respeitar a autonomia dos territórios e a transparência. Respeitam essa autonomia.

Convidada Tatiana – Lapa: Declara que foram surpreendidos em março que o CMS teria sido consultado por Sheila, AGP da Oeste, sobre prorrogação de mandato. Não falaram em pauta sobre essa questão. A gestão tomou essa atitude.

Benedito Alves de Souza, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Fala dos CRSTT – Centros de Referência do Trabalhador e Trabalhadora. São seis na cidade.

José Ivan Ferreira, Conselheiro Titular, representante do Poder Público: Lembra que o próprio Documento Norteador fala da unificação das eleições nos territórios. Diz que foi passada a unificação das eleições por Coordenadoria (CRS). Diz que seriam em agosto/setembro, antes das eleições no país. Informa que o Victor, da Oeste, enviou e-mail que queriam fazer em maio. Orientou o Victor que estavam pactuando para acontecer no 2º semestre.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Em diálogo com o conselheiro José Ivan disse que a maioria que está aqui trabalhou nesse Documento Norteador por 3 mandatos, ou seja, 6 anos. Considera importante que o Conselho se posicione no sentido

de dar importância para o processo eleitoral dos conselhos de STS. Observa que não é a AGP nem o CMS que vão dizer se os mandatos serão prorrogados ou não. Explica que houve desinformação. Insiste que o Conselho Gestor é soberano e autônomo em relação à gestão. Leu a resposta do José Ivan, que não diz sobre prorrogação, mas houve interpretação do texto que levou à informação. AGP tem papel importante, mas não é o CMS. Quem delibera sobre o seu processo é o CMS, que é tripartite.

Diálogo consensuado pelos próprios conselhos. Insiste que o Conselho Gestor é soberano e autônomo em relação à gestão.

Convidado Lester – Conselheiro do Butantã. Diz que defendem a unificação. No dia 24/03 houve plenária com data de eleição, que seria no dia 04/05. Porém, receberam informação que isso seria desfeito.

Convidada Iara – Fala das atribuições dos AGP que não decidem, dão apoio.

Walter Mastelaro Neto., Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: vão enviar orientações.

17h22 – Encerra a reunião.